CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROC. CEE nº 0304/80

INTERESSADOS: MEIRIANE BITTAR E ANA MARIA KCLINK

ASSUNTO : Consulta sobre expedição do Diploma de 2º Grau

RELATOR : Cons. Renato Albetto T. Di Dio

PARECER CEE nº 232/80 - CESG - APROVADO EM 21/02/80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

Meiriane Bittar e Ana Maria Klink, por seus responsáveis legais, consultam este Conselho sobre a possibilidade de: a) serem submetidas a nova avaliação; b) serem consideradas promovíveis; c) ser adotada outra alternativa corretiva, a critério do Conselho.

1. As requerentes foram aprovadas, exceto em Inglês, em todas as disciplinas da 3ª série do 2º Grau, do Setor Primário, Curso Profissionalizante Básico, da EESG "Profª Ana Pinto Duarte Paes", em Jundiaí.

2. Após os estudos de recuperação a que foram submetidas, o Conselho de Professores decidiu pela retenção de ambas.

3. Por outro lado, tendo sido promovidas em exame vestibular, respectivamente, da Faculdade de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo, unidade de Ribeirão Preto, e da Associação de Ensino Padre Anchieta de Jundiaí, Faculdade de Pedagogia, ficaram na impossibilidade de efetuar sua matrícula no curso superior.

4. Em 28/01/80, Meiriane Bittar impetrou mandado de Segurança, cuja liminar foi concedida, ante a possibilidade de "ocorrer prejuízos irreparáveis".

2. APRECIÇÃO:

O art. 17 da Lei Federal 5.540, de 28 de novembro de 1968, estabelece textualmente:

"Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que haja concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular".

As consulentes não concluíram o 2º grau. Logo, não têm direito à matrícula. Quem pode impetrar mandado de segurança e terá fatalmente ganho de causa é o candidato classificado imediatamente após Meiriane Bittar, desde que ele tenha concluído o 2º Grau.

Aliás, é essa uma razão a mais - entre tantas outras - que im-

pede qualquer outra solução que não seja a repetição da 3ª série, em que ambas foram reprovadas.

O vestibular não aprova. Classifica. Não é exame de habilitação que meça o desempenho mínimo abaixo do qual os candidatos seriam reprovados. Trata-se de concurso meramente classificatório, porque pressupõe que os candidatos tenham concluído o 2º Grau, com aprovação, obviamente, em todas as disciplinas.

Seria absurdo admitir que a obtenção de vaga no vestibular possa substituir o certificado de conclusão de 2º Grau. A lei, como vimos, exige a satisfação das duas condições: conclusão do 2º grau e classificação no vestibular.

Se a obtenção de vaga equivalessse a aprovação no 2º Grau, os alunos retidos na 3ª série, em vez de repetir o ano, tentariam obter vaga no vestibular, com o que burlariam a lei. Acresce que o vestibular não exige senão nota diferente de zero para que o aluno possa matricular-se, em havendo vaga.

O Conselho de Classe reprovou as consulentes em Inglês, com obediência a todas as formalidades legais. Como as próprias consulentes admitem, o Conselho de Professores é soberano! Nada mais resta às alunas senão estudar Inglês para que, no próximo ano, possam ser promovidas.

II - CONCLUSÃO

Responda-se a Meiriane Bittar e Ana Maria Klink nos termos deste Parecer, que não têm direito ao certificado de conclusão de 2º Grau por terem sido reprovadas, na 3ª série, em Inglês.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1980

a) Cons. Renato Alberto T. Di Dio
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1980

a) Cons. José Augusto Dias - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 21 de fevereiro de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente